

→ *Dr. Faial* *Faial* *2012.01.25*

2012.01.25
Voto de Protesto

Adjunta do Parlamento
2012.01.26

A declaração da Região Autónoma dos Açores como zona livre de transgénicos é objeto de uma proposta que o PCP apresentou na Assembleia Legislativa Regional, há já alguns meses, partilhando os objetivos de um conjunto de cidadãos subscritores de uma petição que será também apreciada por este Parlamento.

Em consequência, também o Governo Regional veio dar o seu acordo a esta ideia, alargando um consenso que parece existir na sociedade açoriana em relação à necessidade de se aplicar um princípio de precaução que acautele os eventuais impactos que este tipo de biotecnologia pode ter sobre o meio ambiente.

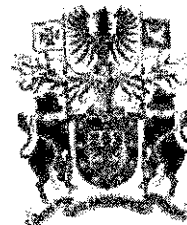
Os Órgãos de Governo próprio, forças políticas e sociedade civil manifestaram-se legitimamente e no uso das suas competências em pleno direito de decidirem, no seu território, as melhores soluções para o desenvolvimento dos Açores.

Não é, por isso admissível que qualquer entidade externa à Região, arrogando-se uma posição e uma competência que não são suas, tentar, por qualquer meio, influir num processo que apenas aos açorianos diz respeito.

O Sr. Allan J. Katz, Embaixador dos Estados Unidos da América em Lisboa dirigiu-se, por escrito a esta Assembleia, elogiando a qualidade e a seguranças das plantações transgénicas, em especial do denominado "milho Bt", manifestando as suas preocupações e exortando os órgãos autonómicos a reconsiderarem esta intenção.

Os objetivos que motivaram esta atitude não resultam claros, nem é compreensível que seja o Governo norte-americano a assumir a defesa do interesse das multinacionais do sector agroalimentar, que tem procurado por expandir este tipo de cultivos por todo o planeta.

A declaração de zona livre de OGM representa, para os Açores, um selo de qualidade de produção agrícola, que é extraordinariamente importante para a garantia de valorização ambiental, de segurança alimentar e também para a imagem, perante os consumidores, dos produtos oriundos do nosso arquipélago. Tem, assim, uma função económica, social e ambiental bastante relevante.



Não é, por isso, aceitável que outros interesses exteriores à Região procurem exercer influência sobre os seus processos de decisão ou, por qualquer forma, condicionar as suas escolhas.

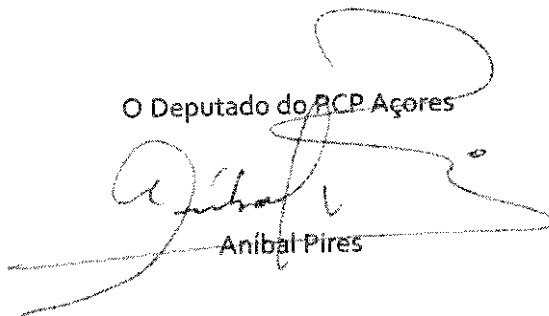
A existência de fortes e antigos laços de amizade entre a Região Autónoma dos Açores e os Estados Unidos da América não autorizam, pelo contrário, os seus governantes a procurarem interferir nas competências dos organismos regionais e nas opções por estes tomadas.

Tendo em conta o exposto, a Representação Parlamentar do PCP Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores lamenta a atitude do Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América em Lisboa, que considera como exorbitando o que deve ser a sua postura e atribuições e reafirma a sua firme resolução de não ceder a quaisquer pressões, interferências ou tentativas de influência na realização da vontade do Povo Açoriano.

Horta, 26 de Janeiro de 2012

O Deputado do PCP Açores



Aníbal Pires

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	0394 Proc. N.º 47.12
Data	01/21/01/12